

ECOS DO PASSADO NO PRESENTE: EDUCAÇÃO DE ADULTOS DO SÉCULO XX

ANA DANIELLA DAMASCENO

Professora do Curso de Pedagogia da Faculdade Latino Americana de Educação – FLATED e pedagoga lotada na Secretaria de Assistência Social e Cidadania do município de Maracanaú-Ce. E-mail: anadaniellad@hotmail.com

KAMILLO KAROL RIBEIRO E SILVA

Aluno de Doutorado do Programa de Pós Graduação em História Social da Universidade Federal do Ceará –UFC e professor da rede estadual de educação do Estado do Ceará. E-mail: kamillosilva@gmail.com

Primeiras palavras

*“Não sou eu quem repete essa história
É a história que adora uma repetição.”*

CHICO BUARQUE

Este artigo é uma breve síntese de pesquisa dissertativa desenvolvida no Programa de Pós Graduação em Educação da Universidade Estadual do Ceará sobre as escolas noturnas criadas no período da Primeira República em terras alencarinhas. Desenvolvido com o propósito de preencher uma lacuna acadêmica nas pesquisas sobre a história da educação de adultos, a pesquisa permitiu identificar a existência de um projeto para a educação de adultos no Ceará da Primeira República.

Através da constatação do funcionamento de cursos noturnos mantidos pelo Estado e também por grupos sociais diversos, percebeu-se que a educação de adultos se inicia bem antes da segunda metade do século XX. Durante a pesquisa, observaram-se iniciativas de escolarização para adultos e a existência de uma discussão sobre o problema do iletramento entre esta parcela da população.

Tais questões fizeram com que os momentos iniciais da República apresentassem um período significativo para a história da EJA. Neste sentido, o momento em que o analfabetismo deixa de ser uma condição natural do cidadão brasileiro e passa a ser concebido como uma “chaga” da sociedade republicana pode ser apontado

como o de gênese de muitas práticas e concepções presentes na educação de adultos ao longo de todo o século XX.

É, pois, sob o princípio defendido por Le Goff (1996) das mudanças e permanências na construção da História que algumas considerações sobre a investigação serão apontadas, tendo como parâmetros os objetivos traçados. Neste sentido, o presente artigo apresenta em sua parte inicial algumas características organizacionais e filosóficas que permaneceram ao longo das décadas nas práticas educacionais desenvolvidas no campo da educação de jovens e adultos analfabeto.

Em seguida, dar-se destaque as inovações educacionais desenvolvidas nas escolas de alfabetização de adultos no início do século XX com a criação, por exemplo, de salas de aulas em cadeia pública da capital, mas principalmente pelo fortalecimento da iniciativa privada no combate ao analfabetismo através do estabelecimento de parceria entre poder público e as entidades organizadas da sociedade, como a Igreja e entidades de trabalhadores. Por fim, são apontados alguns pontos que emergiram da pesquisa ora desenvolvida que, contudo, não puderam ser melhor esclarecido, surgindo como ponto de partida de novas investigações.

As permanências

As primeiras das “permanências” anteriormente mencionadas referem-se às concepções de analfabetismo disseminadas na sociedade cearense do período, cuja contribuição principal foi o desenvolvimento de uma visão preconceituosa do adulto analfabeto.

Ao analisar a atuação das escolas noturnas no combate ao analfabetismo adulto, é preciso compreender como que se concebia, naquele contexto histórico, o analfabetismo e o que significava ser um cidadão (adulto) analfabeto. Através dos dados coletados nos documentos, identificou-se o surgimento de uma concepção distorcida deste indivíduo que não sabia ler nem escrever.

Apontado ao longo de todo o período como principal responsável pelo atraso do País ao representar uma estrutura socioeconômica agrária e patriarcal, a qual se queria transformar, o adulto analfabeto passou a ser alvo de discursos inflamados e de práticas discriminatórias. Mesmo sendo visto como sujeito passivo de ajuda, que viria através do poder salvacionista creditado à escola, o analfabeto era constantemente ceifado do exercício de sua cidadania, como no episódio do veto à sua participação eleitoral.

Esta concepção se fez presente em diferentes momentos da trajetória de consolidação da educação de adultos no cenário brasileiro. A exceção das práticas promovidas baseadas no pensamento de Paulo Freire, principalmente na década de 1960, o adulto sem ou com pouca escolarização era tratado como incapaz e vítima, ao mesmo tempo em que sempre foi identificado como o culpado pela própria situação de privação de direitos.

Em seu estudo sobre o preconceito ao analfabeto, Di Pierro e Galvão (2007) comprovam a presença dessa visão manifestada tanto nas falas e propostas políticas, como nos discursos do próprio sujeito analfabeto. Este, segundo as autoras, incorpora o preconceito, disseminado diariamente na mídia e revelado nas mais diversas situações de interação, e passa a se ver “como cego, sentir-se um ignorante, aquele a quem falta algo para corresponder às expectativas sociais” (GALVÃO e DI PIERRO, 2007, p: 97).

O fenômeno do analfabetismo, por sua vez, defendido como principal problema a ser enfrentado pela “nova” sociedade republicana, trazia em si uma visão distorcida do verdadeiro desafio apresentado. Muito mais do que a mera ausência de conhecimentos léxicos por grande parte da população brasileira, o analfabetismo se manifestava naquele momento como reflexo de um processo histórico de exclusão social.

Até pouco antes da Proclamação da República, eram considerados detentores de direitos apenas os cidadãos livres; excluídas de tais direitos ficaram centenas de milhares de escravos negros

que ainda existiam no interior do País. Com a transformação da força de trabalho escrava nos primeiros operários, o Estado viu sua demanda social por melhores condições de vida ampliada, sem que houvesse condições para tal.

Era preciso oferecer condições dignas de sobrevivência a um contingente populacional que, cada vez mais, procurava os grandes centros urbanos em busca de maior assistência. Em comum tinham o despreparo intelectual, que os excluía das novas relações sociais e de trabalho que se constituíam nas cidades.

Menos por falta de consciência da necessidade e mais pela negação de acesso aos bancos escolares, estava o motivo pelo qual a grande parcela dos brasileiros se encontrava analfabeta. Ao contrário do que defendiam intelectuais e políticos do período, o analfabetismo não era fruto de decisões pessoais daqueles que não queriam frequentar a escola, mas consequência da privação de tantos outros direitos, como o de trabalho digno ou moradia.

Autores como Ferrari (1985) e Neubauer (1988) corroboram com essa perspectiva ao apresentarem algumas explicações para a permanência do analfabetismo entre a população brasileira. Segundo essas autoras, mesmo diante de uma grande diversidade de iniciativas de enfretamento desenvolvidas ao longo da segunda metade do século passado, que levaram a uma redução significativa nas taxas de analfabetismo no País, esta melhoria foi acompanhada, de forma contraditória, de uma ampliação no número absoluto de analfabetos.

Tal fator pode ser explicado, por um lado, pela expansão demográfica vivenciada em todo o país no último século, mas também como consequência de uma desatenção ao ensino básico por parte dos poderes públicos, especialmente nas décadas de 1960 e 1970, quando as matrículas no nível primário ficaram abaixo dos índices de crescimento da população (NEUBAUER, 1988, p: 44). Além do fato de não se ofertarem vagas para todos, o sistema público de ensino no Brasil, durante muito tempo, foi acusado de produzir novas

gerações de analfabetos que, mesmo passando pelas unidades escolares, foram expulsos dela, seja através da repetência, da reprovação ou mesmo da evasão (FERRARI, 1985, p: 48).

Assim como acontece ainda hoje, os analfabetos foram frutos da negação à escola quando ainda crianças e se mantiveram nessa situação pela ausência de condições que assegurassem o retorno à sala de aula e a permanência nela. Mesmo que existissem oportunidades (isoladas) de escolarização, a população adulta não conseguia se alfabetizar, pois, como identificado nos documentos da época, enfrentava obstáculos tanto internos ao processo escolar (inadequação do método e do espaço utilizado, carência de professores, etc.) quanto externos à sala de aula (ausência de condições financeiras para permanecer estudando, dificuldade de conciliar com o horário de trabalho, etc.).

Apesar de abordar em diferentes momentos do estudo as concepções predominantes no período, este trabalho corrobora com essa visão mais crítica de analfabetismo e analfabeto, no instante em que compreende a existência de tal fenômeno como consequência de um processo histórico de exclusão social. Desta forma, pretende-se ir além e discutir a continuação dos desafios de outrora, que passa também pela permanência de certas práticas pedagógicas nas experiências de escolarização de adultos.

Ao propor identificar os cursos primários noturnos criados no início da República conseguiu-se mais que apenas localizar essas iniciativas de escolarização de adultos e apontar quem as promovia. Através do levantamento e do confronto das fontes, traçou-se um grande painel das ações de combate ao analfabetismo desenvolvidas no Estado do Ceará, tanto pelo poder público como pelos próprios trabalhadores, auxiliados por grupos sociais organizados.

Apesar de representarem ações isoladas de combate ao analfabetismo, os cursos noturnos identificados expressavam diferentes projetos educacionais para a sociedade cearense do início do século passado. Mesmo tendo uma meta em comum – a

eliminação do “cancro” do analfabetismo – cada experiência defendia um projeto pedagógico distinto para a criação de suas aulas noturnas, divergindo até mesmo entre os próprios segmentos da sociedade¹.

Ao mesmo tempo em que o poder público promovia o combate às altas taxas de iletramento, através da priorização do atendimento escolar a crianças e jovens, os diferentes grupos sociais que propuseram atividades educacionais se voltaram para a assistência da camada trabalhadora sem escolarização. O que as distinguiu entre si, todavia, eram os propósitos políticos. Em algumas experiências, mostravam-se revolucionárias, como no caso dos cursos noturnos mantidos por sindicatos, centros e associações de trabalhadores. No âmbito das iniciativas desenvolvidas pela Igreja Católica, ou com o seu auxílio, estas se mostravam mais conservadoras, confundindo-se com a defesa dos valores cristãos.

A atuação do Estado, por sua vez, mostrou-se inexpressiva ao longo das quatro décadas analisadas, ao desenvolver menos do que se proclamava no campo da instrução primária dos adultos. Leis foram elaboradas de forma a se regularizar a atuação dos cursos primários noturnos no Ceará, muito embora poucas tenham sido as intervenções efetivadas pelo governo.

Assim como o observado em diferentes etapas do processo de democratização da escola brasileira, a educação de adultos era tratada como uma questão secundária nas políticas públicas dos primeiros governos republicanos, diante da priorização para a formação das crianças. Exemplo disso aconteceu no principal episódio da educação cearense da época, com a Reforma Educacional de 1922, que, ao colocar a difusão da alfabetização como objetivo

¹ Cada experiência desenvolvida no campo da instrução de adultos no Ceará do início do século XX apresentava características distintas mesmo sendo desenvolvida pelo mesmo órgão. Como exemplo tem-se os cursos criados nas cidades de Sobral e Crato que, ao contrário dos cursos mantidos na cidade de Fortaleza, contavam com uma estrutura e organização mais complexa, expresso através de um Regimento próprio. Para maiores informações ver DAMASCENO, 2010.

primeiro da escola pública, definia uma “idade certa” para que isso acontecesse, excluindo todos os demais grupos etários.

Tal decisão apenas fortalecia uma tendência de priorização da escolarização infantil que já vinha se consolidando, culminando com o fechamento de todos os (poucos) cursos noturnos mantidos pela Diretoria da Instrução Pública do Estado. Esse episódio caracteriza muito bem o espaço que as escolas primárias para adultos ocupavam nas políticas educacionais promovidas pelo poder público cearense: um espaço incipiente diante de tudo que se proclamava sobre a urgência de se vencer a vergonha do analfabetismo.

No intuito de se compreenderem as ações de combate ao analfabetismo, todavia, a figura do professor que atuava nas aulas noturnas surge como elo importante nessa relação entre passado e presente. Levando-se em consideração os diferentes condicionantes temporais, o trabalho docente desenvolvido com o público adulto sem instrução no século passado traz muitas semelhanças com as práticas registradas em alguns programas de EJA.

Uma dessas práticas diz respeito ao tipo de vínculo, estabelecido entre esse profissional e o órgão promotor do curso noturno. Este vínculo que poderia se diferenciar de acordo com a instituição, trazia em si a marca da desvalorização do professor de adultos.

Registrou-se, já naquele momento, o trabalho de professores com relações precárias através do regime de voluntariado, como em algumas ações da sociedade. O mais comum era o recebimento de “gratificação módica” por aqueles que acumulassem o ensino regular com o noturno.

Outro fator depreciativo do trabalho com adultos estava na falta de preparação e de condições materiais para atuar com esse público. Segundo as próprias orientações da legislação que regulava esse tipo de turma, os professores noturnos deveriam adequar currículo, métodos, materiais e espaço físico aplicado ao ensino das crianças em suas turmas de adultos, desconsiderando seus anseios,

demandas e estágios de desenvolvimento, que se diferenciam daqueles apresentados pelo público infantil.

Tais características do trabalho docente com turmas de adultos analfabetos também se fizeram presentes ao longo de todo o século XX, chegando ao novo milênio com os mesmos dilemas para serem superados. Assim como acontecia, nos últimos programas do Governo Federal, com o “Alfabetização Solidária” e o “Brasil Alfabetizado”, a informalidade nos vínculos e o despreparo dos alfabetizadores continuam reforçando uma visão depreciativa com relação a essa modalidade de ensino. Por não haver estabilidade no trabalho, remunerando através de “bolsas” o seu alfabetizador, esses programas não conseguem formar um quadro docente bem preparado para o trabalho numa sala de alfabetização de adultos.

Outra característica que permanece nesses programas contemporâneos e que se fizeram presentes nas demais ações de alfabetização desenvolvidas no País a partir de meados do século XX diz respeito à presença da informalidade e da flexibilidade na sua organização.

Da mesma forma como observado nas experiências cearenses do início do século passado, essas características estariam representadas na ausência de dados precisos relativos à matrícula e frequência dos alunos, na simplificação da organização curricular, assim como nas desconexões com o próprio sistema educacional, o que levaria à não continuidade dos estudos dos que conseguem se alfabetizar.

As inovações

Dentre as revelações feitas nesse estudo sobre as práticas de combate ao analfabetismo, algumas merecem um destaque maior pelo caráter inovador que trouxeram à discussão. Através do confronto de diferentes fontes, descobriram-se algumas iniciativas vistas como inovadoras para a educação brasileira e que se faziam

presentes no Ceará da Primeira República e não estão referidas em outros estudos.

A primeira delas é a existência de ações educativas desenvolvidas por determinados grupos sociais organizados que, além de ocuparem um espaço deixado pelo Estado na oferta dos direitos sociais, desenvolveram propostas pedagógicas próprias. Como já indicado, cada segmento, ao promover suas aulas noturnas para os trabalhadores, buscava respaldar o próprio projeto de intervenção no contexto social, tendo a instrução como principal ferramenta nesse processo.

Acontecimento que se sobressaiu nas análises sobre a atuação dos cursos noturnos, entretanto, foi a identificação de um tipo específico de relação entre o Estado e esses diferentes grupos. Muito mais que a mera convivência ou compartilhamento dos espaços de atuação, esses atores desenvolveram, em diversas oportunidades, uma relação de parceria.

Representadas através da concessão de subsídio estatal, as parcerias entre o poder público e a sociedade eram um dos principais mecanismos desenvolvidos para que os cursos noturnos fossem criados. A grande maioria das iniciativas privadas de escolarização primária para adultos identificada naquele período não poderia se manter sem que o Estado ofertasse as condições mínimas de funcionamento, como o pagamento dos professores, os empréstimos dos prédios públicos e a doação de material didático.

Apesar de soar atual o discurso da necessidade de que a sociedade deva assumir os espaços negligenciados pelo Estado, recebendo por isso recursos financeiros do próprio governo, tal fato já estava presente no cotidiano educacional do início do século XX. Antes, assim como hoje, esse tipo de parceria trazia consequências de todos os tipos: ao mesmo tempo em que desobrigava o poder público em assegurar o acesso à escola para todos os que demandavam, o fortalecimento dessa postura garantiria também uma maior diversidade de oportunidades e experiências, possibilitando, desta

foram, um maior acesso àqueles que foram deixados de fora das prioridades políticas.

O Ceará republicano inova novamente, colocando-se à frente das tendências atuais ao abordar a questão da educação prisional ainda no final dos anos de 1920. Ao criar uma escola primária na cadeia pública da capital, Fortaleza, o governo estadual atendia a um público completamente desassistido. Compreendendo que a discussão acerca da necessidade de promover ações educativas no sistema prisional é algo ainda muito insipiente, esta iniciativa coloca o Ceará na vanguarda, refletida na abrangência que esse tipo de ação toma hoje em todo o País².

Considerações finais

De tudo que foi apresentado e discutido ao longo do texto e retomado aqui, alguns pontos não ficam bem resolvidos no estudo, necessitando de análise mais profunda das questões, a partir de coleta mais abrangente de informações. O primeiro desses pontos refere-se ao governo de João Thomé de Saboya e Silva e a sua importância para a instrução primária de adultos no Ceará.

Ficou claro que em seu governo houve maior difusão dos cursos noturnos em todo o Estado, e foi neste momento que se criaram as primeiras escolas para adultos mantidas pelo poder público. No entanto, nada foi identificado nos documentos produzidos no período que justificasse tamanho empenho por parte do Presidente do Estado, ou se haveria outros sujeitos que estivessem à frente dessa valorização dos cursos noturnos. O certo é que, findo o seu governo, os poucos cursos primários noturnos existentes entre as escolas públicas foram fechados, sem que justificativas fossem dadas e novas propostas fossem desenvolvidas.

² Segundo dados do Ministério da Educação, no ano de 2009, o Estado do Ceará contava com apenas 35 unidades escolares públicas que ofereciam educação para os detentos das unidades prisionais, principalmente com a modalidade de EJA.

Outra lacuna presente no estudo refere-se a uma exploração mais detalhada das diferentes propostas pedagógicas apresentadas pelas ações da sociedade cearense quando da criação dos cursos noturnos. Em virtude da necessidade de maior levantamento de fontes, em especial aquelas produzidas pelos próprios segmentos, não foi possível aprofundar tal tema nas análises das iniciativas identificadas.

Sabe-se que uma pesquisa acadêmica não se esgota, pois os objetos abrem sempre novas possibilidades de estudo e interpretação. É neste sentido que permanece o mesmo sentimento de busca das raízes apontado nas primeiras páginas deste trabalho. Agora, fortalecido pelas descobertas feitas, acredita-se ser a história da educação de jovens e adultos no Brasil um percurso feito por muitas transformações e por algumas permanências.

A pesquisa permitiu detectar que muito do que se acredita hoje ser novo e revolucionário para Educação de Adultos já fazia parte do cotidiano escolar há um século. E que parte das práticas, das concepções e dos projetos atualmente presentes nos programas de alfabetização de adultos tiveram sua gênese nas experiências dos cursos noturnos do início da República.

Resta ainda compreender como se deu a passagem dessas características presentes nas aulas noturnas para adultos analfabetos às demais fases do processo de consolidação da EJA no País. E mais: é preciso agora buscar preencher a lacuna que resta entre o período imediatamente posterior ao estudado aqui e o que convencionalmente se definiu como início das intervenções governamentais no campo da escolarização de adultos. Está justamente neste período, entre 1930 e 1945, o elo entre as práticas produzidas na Primeira República e o período das “Grandes Campanhas de Massas,” com destaque para o surgimento de uma nova postura diante do problema do analfabetismo que continuava depreciando a nação.

Referências bibliográficas

DAMASCENO, Ana Daniella. **Escolas noturnas no Ceará**: ações de combate ao analfabetismo adulto na Primeira República. Dissertação (Mestrado). Universidade Estadual do Ceará, Fortaleza, 2010.

LE GOFF, J. **História e Memória**. 4ª edição. Campinas/SP: Editora da Unicamp, 1996.

GALVÃO, A.M.O. DI PIERRO, M.C. **Preconceito contra o analfabeto**. São Paulo: Cortez, 2007. (Coleção Preconceitos)

NEUBAUER, T.R. O que foi feito e o que ainda resta fazer para alfabetizar a população

brasileira. In: **Alternativas de alfabetização para a América Latina e o Caribe**. Brasília: INEP, 1988 (série Encontros e Debates, 5).

FERRARI, A. Analfabetismo no Brasil: tendência secular e avanços recentes. In: **Cadernos de Pesquisa**. São Paulo, N° 52, fev. 1985 (p. 35-49).